

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEANDRO POLESE

**AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE MORE E MAQUIAVEL:
ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA EM SALA DE AULA**

CURITIBA

2018

LEANDRO POLESE

**AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE MORE E MAQUIAVEL:
ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA EM SALA DE AULA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Maria Isabel Limongi
Departamento Filosofia, UFPR

CURITIBA

2018

RESUMO

Tema proposto para ser apresentado dentro de um trimestre letivo. Sobre uma prerrogativa de análise das obras de More e Maquiavel, buscar uma compreensão, junto aos alunos, tanto de um entendido moral como político da condição humana. A sugestão é propor uma discussão que permita a assimilação de certos conceitos, por parte dos estudantes, tais como o de Poder, Autoridade, Monarquia, Capitalismo, Democracia, Utopia, Socialismo, Comunismo, entre outros. Colaborando para o entendimento de ética e política, assim como a ideia de natureza humana, valores e direito. A fim de que se possa proporcionar ferramentas uteis na compreensão e articulação dos problemas da experiência ética e política no exercício da cidadania. A obra central a ser tratado é a “Utopia” de Thomas More e ao final fazer um comparativo com a obra “O Príncipe” de Maquiavel, dois autores com conceitos antagônicos. Nessa comparação é possível tratar ao mesmo tempo de diversos conceitos, sendo eles políticos ou éticos. Lembrando que além das duas obras principais outros autores, relacionados ao assunto, serão tratados e mencionados.

Utopia, Humanismo, Capitalismo, Socialismo, Ética, Política.

ABSTRACT

Theme proposed to be presented within a school term. On a prerogative of analysis of the works of More and Machiavelli, seek an understanding, together with the students, both a moral and political understanding of the human condition. The suggestion is to propose a discussion that allows the assimilation of certain concepts by students, such as Power, Authority, Monarchy, Capitalism, Democracy, Utopia, Socialism, Communism, among others. Collaborating for the understanding of ethics and politics, as well as the idea of human nature, values and law. To provide useful tools in understanding and articulating the problems of ethical and political experience in the exercise of citizenship. The central work to be treated is Thomas More's "Utopia" and in the end to make a comparison with the work "The Prince" of Machiavelli, two authors with antagonistic concepts. In this comparison it is possible to treat at the same time several concepts, whether they are political or ethical. Recalling that in addition to the two main works other authors, related to the subject, will be treated and mentioned.

Utopia, Humanism, Capitalism, Socialism, Ethics, Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - O TERMO UTOPIA SEGUNDO MORE.....	9
1 AULA: INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE UTOPIA	9
2 Aula: Relação Entre Utopia e Distopia.....	10
3 Aula: Uma compreensão Etimológica da palavra Utopia.....	11
4 Aula: Outras utopias	12
CAPÍTULO 2 - UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE UTOPIA.....	14
5 E 6 AULA: CONCEITOS FILOSÓFICOS DA ESCOLÁSTICA	14
7 Aula: Renascimento: uma consolidação política e econômica do mundo.....	17
8 Aula Humanismo: Um mundo em transformação	18
CAPÍTULO 3 - A UTOPIA DE THOMAS MORE.....	20
9 AULA: THOMAS MORE VIDA	20
10 e 11 Aula: Livro Um de Utopia	22
12, 13 e 14 Aula: Livro dois de Utopia	27
CAPÍTULO 4 - UTOPIA E REALISMO: DUAS FORMAS DE PENSAR A POLÍTICA.....	33
15 E 16 AULA: ÉTICA E POLÍTICA NA MODERNIDADE	33
CAPÍTULO 5- QUAL A SUA UTOPIA?	36
17 E 18 AULA: CRIE SUA PRÓPRIA UTOPIA	36
19 Aula: Modelo de utopia moderna	38
20 Aula: Conclusão.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é produzir conteúdo que possa ser utilizado em sala de aula, como subsídio e auxílio na construção e preparação do planejamento de aulas. Conteúdos e atividades que fariam parte de um trimestre do ano letivo. A proposta é oferecer material tanto para as aulas expositivas como para atividades com os alunos (tarefas), além da indicação de textos e obras, bem como a sugestão de conteúdos audiovisuais. Separados por aulas, os conteúdos se apresentariam de uma forma a produzir uma continuidade que permita ao aluno obter progressivamente a identificação dos conceitos. Essas atividades visariam auxiliar o professor para determinar as estratégias e táticas para execução do seu trabalho.

A pretensão é investigar, concomitantemente com os alunos, dos segundos anos do Ensino Médio, qual a origem e as diversas utilizações do termo utopia durante a história da humanidade, e como e se apresenta nos dias atuais. Tomando como obra principal da pesquisa “A Utopia” de Thomas More, obra na qual o autor cunhou e conferiu um novo significado a esse termo, e que o tornou notório. More utilizou o termo utopia para nomear uma sociedade imaginária e idealizada, localizada em uma ilha sem localização determinada. A partir do conceito de utopia outros termos poderão ser agregados, como humanismo, monarquia, capitalismo, idealismo, realismo, utilitarismo, totalitarismo, autoritarismo, anarquia, comunismo, socialismo, distopia, ideologia, pragmatismo, entre tantos outros.

Para rivalizar com o texto de More, outra obra a ser utilizada é o texto de Maquiavel “O Príncipe”, que se valendo de uma perspectiva mais realista, propiciaria uma relação de oposição a More. No texto “Ética e Política na Modernidade”, Renato Janine, faz um bom comparativo entre os dois pensadores, o que permitiria uma boa referência para discussões.

Usualmente, pela grade curricular, no segundo ano do Ensino Médio, é ofertado o tema ética e política, e a obra de Thomas More propicia a abordagem dos dois temas. De forma ainda mais categórica, este trabalho seria melhor conduzido no segundo trimestre do ano letivo, dos segundos anos. Pois, no primeiro trimestre, os alunos teriam uma introdução ao tema Ética e Política, tratando como mais propriedade especificamente estes termos. O que são, o que significam, quais suas origens e seus

usos. Assim já teriam algum embasamento teórico para compreender o tema e as obras em questão.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. O Capítulo 1 compreende as primeiras aulas com fins introdutórios ao tema. Sendo que nas primeiras delas o objetivo é tentar compreender qual a noção, o entendimento, aquilo que o aluno sabe acerca do termo utopia. Se são embasamentos apenas do senso comum, ou algum outro mais aprofundado. Buscando entender como esse conceito é tratado por eles, e o que ele os remete.

Em seguida, será feita uma apresentação do conceito, verificando como o termo utopia tomou vários significados ao longo do tempo. Tal exposição estaria voltada principalmente a compreender as diferentes facetas por traz do termo utopia, isto é, qual é a etimologia da palavra, sua origem e seus usos anteriores a obra de Thomas More, seu uso para More, e suas diversas significâncias tomadas após More. A princípio, é claro, nesse primeiro momento, apenas uma pincelada do que o termo significaria para as futuras gerações pós More, assunto que será tratado com maior propriedade em aulas posteriores. Tendo como objetivo nessas primeiras aulas apenas salientar que o texto de More influenciou diversas outras teorias posteriores, e que a princípio disso, ele angariou uma vasta gama de adeptos e ao mesmo tempo cultivou outras tantas de desafetos. Qual seria, justamente, então o legado deixado por More, que justificaria sérios embates entre estudiosos exaltando-o e crucificando-o? Pergunta a ser respondida ao longo do curso.

No segundo capítulo, a intenção é compreender o ambiente histórico que cerca More na data da concepção de sua obra. Pontuar o momento histórico que passa a Inglaterra do seu tempo, da monarquia absolutista, saída da Idade Média, sua religiosidade e costume, e entrando em uma modernidade mais humanista. Estudando os conceitos deixados pela escolástica, e toda uma visão de mundo, pautadas pelo controle e dogmas religiosos. O poderio bélico europeu que dominava novos continentes e conferia seus hábitos mencionados como superiores. Ao mesmo tempo que esse contato com novas culturas também proporciona uma nova forma de ver o mundo. Esses novos padrões culturais influenciariam uma nova geração de pensadores europeus.

No terceiro capítulo, será apresentada efetivamente a obra de Thomas More “A Utopia”. Selecionando partes do texto para análise e compressão da obra. Esse será um estudo mais pontual e instrumental, compreendendo essencial o que o texto traz em seu conteúdo.

No quarto capítulo, entra o texto “Ética e Política na Modernidade” de Renato Janine, a fim de proporcionar um outro tipo de discurso (o de Maquiavel), com tendências totalmente adversas a de More. Verificando, ao mesmo tempo, partes do texto de Maquiavel, (O Príncipe) analisando suas perspectivas. Ao fim, propondo uma atividade aos alunos para que julguem ambas as teorias e emitam suas opiniões sobre elas. Questionando qual dos argumentos elas consideram mais validos. Verificando, com eles, qual das duas teorias a sociedade atual se comporta mais de acordo.

O quinto capítulo, é uma tarefa que visa estimular os alunos a criar eles mesmo uma cidade ideal. Como eles imaginariam, e engendrariam uma nova sociedade? como seria, para eles, uma sociedade ideal? Como seria possível essa proposta se tornar real?

CAPÍTULO 1

O TERMO UTOPIA SEGUNDO MORE

1 AULA: INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE UTOPIA

Nesta primeira aula o objetivo é tentar distinguir o que os alunos entendem, e o que identificam pelo termo utopia. Descobrir o que eles reconhecem quando ouvem a palavra utopia, e o que ela significa para eles, se acaso já ouviram e em que situação ela é usada. Partindo desse questionamento propor uma pequena dissertação, na qual cada aluno poderá expor seus conhecimentos iniciais acerca do termo utopia.

A partir dessa dissertação proporcionar um certo debate confrontando as diversas opiniões, e conceitos determinado por cada aluno. Ao mesmo tempo, procurando distinguir quais as fontes que os levaram a ter essas certas opiniões. Buscar saber se, assim que conheceram o termo e seu significado, tentaram compreender melhor o porquê o termo foi tratado desta maneira, ou simplesmente ouviram displicentemente sem inquirir a fonte e o conteúdo das declarações, isto é, se eles procuraram saber quem as pronunciou e qual o objetivo por traz de tal afirmação. Sem, no entanto, buscar desmerecer qualquer tipo de fonte, mas apenas no intuito de proporcionar o esclarecimento dos meios que os levaram a se deparar com o termo utopia. Através deste posicionamento, aproveitar para ressaltar as várias formas de conhecimento, do menos ao mais aprofundado, como o senso comum, a religião, as artes, filosofia e o conhecimento científico, verificando como cada forma de conhecimento está relacionada, como cada qual pode produzir e determinar as formas de pensar e agir.

Em seguida, como tarefa para casa, propor uma pesquisa sobre o conceito distopia. O que seria distopia? Qual a diferente entre distopia e utopia? Exemplos de distopias.

2 AULA: RELAÇÃO ENTRE UTOPIA E DISTOPIA

Nesta aula, as pesquisas dos alunos serão analisadas e conferidas. Assim como na primeira aula, o objetivo não é trazer nenhum esclarecimento sobre o tema, mas apenas propiciar para que os estudantes tomem conhecimento e fiquem a par do conceito por si mesmo. Assim, o que é desejado nessa aula, é estimular o interesse para o tema, através da pesquisa, do debate e inquérito entre eles.

Para contribuir, uma alternativa, seria buscar parceria com outras disciplinas, como História, Geografia, Sociologia. Através de uma interdisciplinaridade, combinar com os outros professores de disciplinas afins, uma forma de tratar conjuntamente o assunto.

Distopia, ou antiutopia, representa o inverso de utopia, isto é, enquanto na utopia se prevê uma cidade ideal, onde impera a igualdade e a felicidade de todos os seus ocupantes, na distopia impera, sobretudo, a desigualdade e imposição de regras para o controle exploração do outro. Nesse sentido a colaboração e a inclusão de outras disciplinas para auxiliar o debate não seria algo sem nexos, uma vez que essas normalmente já tratam desse assunto, ou seja, dentro da História e da Geografia, comumente e tratado os regimes autocráticos, e totalitários numa visão histórica, e como é sua composição e forma de agir. Seriam necessários apenas algumas adaptações e relações mais explícitas com a Filosofia.

Outra opção é a reprodução do filme “1984”, uma adaptação do livro de George Orwell, ‘1984’. Este filme retrata como as conquistas tecnológicas podem ser utilizadas também como instrumentos de monitoramento dos indivíduos, da Nação ou de grupos empresariais. Essa obra o autor delinea uma sociedade governada por uma oligarquia que se diz primar pelo coletivo, e que para tanto, professa que os bens de produção e o consumo são distribuídos igualmente para cada indivíduo da comunidade. Mas, no entanto, os que contrariam esse regime são condenados e extinguidos. A proposta de utopia seria, portanto, um engodo. Esse livro cunhou a expressão ‘Big Brother’, o olho que tudo vê. Como esse drama tem duração de 1h 53m, e as aulas de Filosofia são poucas e curtas, novamente a ideia de parceria com outras disciplinas seria bem-vinda.

Mais uma vez salientado que a proposta, por enquanto, é apenas fazer pensar, tanto no conceito utopia como no se distopia, uma vez que utopia será tratado de uma forma mais categórica nas próximas aulas, e para distopia seria desejável uma reflexão após os alunos já detiverem ao menos uma noção básica do que é utopia.

3 AULA: UMA COMPREENSÃO ETIMOLÓGICA DA PALAVRA UTOPIA

Segundo os dicionários, utopia significa: lugar ou estado ideal, de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos, ou qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade. Essa descrição nasce a partir de um conceito literário inventado no século XVI por Thomas More, cujo Utopia é o título da obra desse filósofo, e que passou a ser sinônimo de cidade ideal, imaginária.

Thomas More cria essa palavra utilizando o prefixo grego “u” que usualmente era utilizado como negação da palavra que estava agregado, ou seja, “u” é “não alguma coisa”, More juntou a esse prefixo a palavra “tópos” que do grego significa lugar. Assim juntando as duas designações temos “utopia”, que significaria “não lugar” ou se preferir “lugar algum”.

More cria esse termo justamente para enfatizar que a cidade em questão não existe, que não existe cidade igual em qualquer lugar do mundo, é apenas uma criação imaginária de como poderia ser uma cidade que ele considerava ideal. Mas acima de tudo esse termo também pretende determinar que esse lugar é justamente diferente de todas as sociedades de sua época, principalmente as europeias. A Utopia, portanto, nasce de uma crítica ao sistema monárquico utilizado até então, é acima de tudo, uma crítica a Inglaterra e a todo um padrão de vida que beneficiava uns poucos em detrimento da maioria.

Outro aspecto interessante na obra de Thomas More é, assim como ele trata a palavra utopia, dando um significado negativo a ela, outros termos também são tratados da mesma maneira. More utiliza o prefixo grego “a” que também possui significado negativo em alguns nomes para ressaltar justamente essa diferença da sua sociedade e das vigentes. Como por exemplo o nome dado aos seus habitantes os Alaopolitas, que significa sem cidade, a capital é Amaurote, a não visível, que fica as margens do rio Anhydria, isto é, sem água, governados pelo príncipe Ademos, sem povo, que são vizinhos dos Achorianos, aqueles que não tem terra.

4 AULA: OUTRAS UTOPIAS

O termo utopia, como vimos, tem sua primeira menção em Thomas More, mas o conceito que ele carrega, ou seja, de uma cidade ideal e imaginária já era empregado por outros pensadores. Na Grécia antiga, Platão no seu livro “A República” (2002) já sugeria como deveria ser uma cidade ideal e perfeita para sua época. A obra de Platão é descrita em diálogos, tendo como personagem principal Sócrates, o qual tem uma tenra discussão com os sofistas, na tentativa de determinar qual seria mais benéfico para o indivíduo, a saber, ser justo, ou ser injusto? Esse impasse permanece até Sócrates ter a ideia de não analisar o conceito de justiça apenas no sujeito, mas olhar de uma forma mais ampla, como numa lupa, assim poder avaliar com mais atributos. Para tanto, Platão, na voz de Sócrates, resolve, com a ajuda dos seus interlocutores, conceber uma cidade perfeita, ou como eles denominam uma cidade bela, na qual a igualdade, o bem comum e a felicidade imperam. A criação da cidade bela parte do intuito de Sócrates de demonstrar que, num sentido individual a injustiça possa até parecer mais vantajosa para o sujeito, mas a longo prazo, e numa análise mais ampla, em que o desejo é que toda a sociedade seja beneficiada, e não apenas uma parcela dela, a justiça, sem dúvida, é parte integrante e responsável dessa conquista. O interessante é que, a partir dessa discussão, Platão vai criando e dando vida a uma cidade com conceitos diferentes das de Atenas em que vivem. Claro que Platão não cria sua cidade apenas da imaginação, sem nenhuma referência, ele busca em outras sociedades, principalmente em Esparta. Assim como também More não cria do nada, tem como parâmetro, como veremos em aulas posteriores, as novas sociedades descobertas a partir das navegações, principalmente as indígenas da América do Sul.

Tommaso Campanella em “A Cidade do Sol” de 1602, (2004) também descreve uma sociedade idealizada, com princípios fundamentados em uma religiosidade, nesta cidade quem manda é um chefe espiritual e temporal chamado Sol assistido por três príncipes: Poder, Sabedoria e Amor. Nessa teocracia Campanella destaca não só as virtudes e regras gerais pautados na religião como também a forma arquitetônica da cidade, que pretende ser uma fortaleza impenetrável aos inimigos, e o templo visa privilegiar a instrução e a educação, para tanto, desenhos e ilustrações estão gravadas em suas paredes. Cheia de leis e doutrinas religiosas, apesar de reguladas, como ele diz, na “sapiência” e na ciência, há uma tendência aos dogmas religiosos. Outro filósofo a conceber uma cidade imaginária foi Francis Bacon (1561 - 1626), Bacon (1999) na sua

“Nova Atlântida” a ciência possuía um papel fundamental. O desenvolvimento científico e tecnológico era fundamental para o domínio da natureza pelo homem. Esta obra ficou incompleta, e assim como as outras pretende uma cidade na qual todos tenham direitos iguais, e a natureza tem uma grande relevância.

Utopia, portanto, passa a ser sinônimo de cidade perfeita e ideal, que não existe. Geralmente a mensagem de More é atribuída aos sonhadores e poetas, não merecendo aprovação, por se tratar de ingênuas e fantasiosas ideias que não levariam a nada, a não ser dispersar a mente das pessoas do que é mais importante, a saber, o mundo real e a sobrevivência. Da qual os pensamentos utópicos não representam nada, senão uma perda de tempo. O termo, como poderá ser visto mais adianta, sofre, com o tempo, uma desvalorização tornando-se pejorativo. O fim e a decadência desse termo decorrem principalmente da falência e do fracasso impetrados pelas revoluções socialistas instaurados, decorrentes dos movimentos dos trabalhadores, inspirados nas teorias marxistas. O mais interessante é que o próprio Marx criticava o socialismo utópico, considerando esse como algo que não daria certo por pretender ser implantando pacificamente, portanto, impossível e incapaz de ser realizável. Mesmo assim as revoluções entusiasmadas por Marx são encarradas como utopias.

CAPÍTULO 2

UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE UTOPIA

5 E 6 AULA: CONCEITOS FILOSÓFICOS DA ESCOLÁSTICA

More publica seu livro em 1516, “O Príncipe” de Maquiavel e publicado, quase na mesma época, em 1513, justamente no momento histórico em que os historiadores declaram o fim da Idade Média e o começo do Renascimento. Há, portanto, nessas duas obras, uma característica marcante na tentativa de instaurar um novo começo para sociedade ocidental. Uma tentativa de se desvencilhar dos conceitos impostos pela Idade Média, principalmente os pautados no domínio da Igreja Católica. Para Maquiavel promover a autonomia do soberano e para More a autonomia do povo, em certo sentido. Assim, é preciso analisar alguns fatos e situações históricas que propiciaram um novo direcionamento no pensamento para aquela época.

Para que os alunos compreendam melhor como ocorreu o movimento renascentista (séculos XV e XVI), é necessário atentar para uma característica da Idade Média que era “o princípio da autoridade”. Segundo Georges Duby (2011), a organização social da Idade Média era encarrada como uma finalidade divina que deveria ser seguida sem contestação por todos os cristãos. As desigualdades e a exploração dessa época eram derivadas da própria harmonia dos céus, eram uma proposta divina. Segundo esse princípio as pessoas não nasciam iguais em intelecto, era dado por Deus uma capacidade intelectual para cada pessoa, e essa capacidade estava ligada a linhagem, ou seja, a família a qual se pertencia. Dessa forma, a disposição para o entendimento não era atributo de todos, somente uma minoria privilegiada que possuía a aptidão para compreender assuntos mais complexo, a grande maioria nascera para atividades braçais. A grande maioria, o povo, portanto, não possuíam capacidade própria para determinar o que era melhor para elas, havia a necessidade de algo ou alguém com competências superiores, responsáveis para decidir o rumo dos seus destinos. Deus havia determinado uma hierarquia entre os seres, tanto celeste como terrestre. A nobreza e o clero estavam situados acima da grande maioria da população, não podendo ser questionados ou inquiridos, seus pronunciamentos eram imunes a reclamação popular, devendo ser aceitos sem discussão.

O filme “o Nome da Rosa”, adaptação do livro do mesmo nome (1983), de Umberto Eco é um bom instrumento para demonstrar como era a Europa na baixa Idade

Média. Nesse filme é possível tratar vários elementos e conceitos filosóficos da escolástica. A obra retrata o surgimento do pensamento moderno, no período da transição da Idade Média para a Modernidade. O enredo acontece em 1327, num mosteiro da Itália medieval, no qual a morte de sete monges de maneira incomum produz um clima de medo e temor no mosteiro. O humanista racionalista William de Baskerville (Sean Connery), um monge franciscano, que se utiliza de técnicas e procedimentos racionais e científicos, poucos usuais para a época. William tem como objetivo participar de um conclave para deliberar se a Igreja precisa ofertar parte de suas riquezas, mas a atenção é desviada por vários assassinatos que acontecem no mosteiro. Afinal, grande parte da Europa vivia impregnada por dogmas e superstições religiosas. Dogmas desenvolvidos ainda na Alta Idade Média através do pensamento agostiniano (Santo Agostinho, 354-430),¹ que pregava que os gregos, na sua filosofia, buscavam incessantemente a verdade e a felicidade no lugar errado, ou seja, na capacidade racional do próprio homem, uma vez que o homem é finito e suas capacidades intelectuais também são finitas e limitadas, seriam incapazes de compreender a multiplicidade e infinitude da criação divina. Assim, só aquele que produziu tamanha grandeza pode ter acesso e entendimento da sua criação, quem senão ele o próprio Deus. Resta ao homem se conformar com a única forma possível de entendimento, a fé, a razão estaria, portanto, subordinada a fé. A única verdade viria do alto através das revelações divinas retratadas pelos profetas nos escritos (depois concentrados na Bíblia), no testemunho de Cristo, e nas possíveis inspirações dadas a nós oriundas do Espírito Santo. Toda a verdade e conhecimento já estaria pronta e contida nos escritos da Bíblia e na interpretação das “autoridades” (Clero, e filósofos consagrados), não sobrando espaço para novidades e inovações.

O clima dentro do mosteiro é inspirado por esta atmosfera medieval mística, e todos os acontecimentos são atribuídos a obra do Demônio. William de Baskerville não partilha desta opinião, entretanto, antes que ele conclua as investigações, chega ao mosteiro o Grão-Inquisidor Bernardo Gui (F. Murray Abraham) disposto a torturar qualquer acusado de heresia que supostamente tenha cometido assassinatos em nome do Diabo. Momento propício para fazer parênteses na questão da santa inquisição, pontuando a Reforma protestante a contrarreforma.

¹ Santo Agostinho utiliza a argumentação da filosofia grega para fundamentar o pensamento cristão, dando início ao cristianismo, que será a base da cultura ocidental, e dará origem à filosofia medieval, a partir da interpretação de Platão e o neoplatonismo do cristianismo.

Dentro do mosteiro existe uma biblioteca secreta, que inclui obras que não estão devidamente interpretadas no contexto do cristianismo medieval. O acesso a esta biblioteca é restrito, existe ali obras que remetem ao pensamento pagão,² e que poderiam ameaçar a doutrina cristã da época. Obras eram incluídas na lista caso contivessem teorias que a Igreja Católica Apostólica Romana não apoiava, tornando-se integrantes de uma lista de publicações proibidas pela Igreja Católica O Index Librorum Prohibitorum.

Outro filme que pode ser utilizado para compreender como os dogmas religiosos impediam o avanço da ciência e da medicina é “O Físico”. Roteiro que se desenvolve na Inglaterra, no século XI, na qual o jovem Rob tem sua mãe morta da “doença do lado” e cresce sob a tutela de Bader (Stellan Sarsgard), o cirurgião barbeiro, que vende bebidas para cura de doenças. Ao crescer, Rob Cole (Tom Payne) aprende tudo o que Bader sabe sobre cuidar de pessoas doentes, com técnicas bastante rudimentares. Descobre na Pérsia um médico famoso, Ibn Sina (Ben Kingsley), que coordena um hospital, algo que não há na Inglaterra. Na Ásia, Rob esconde ser cristão, já que apenas judeus e árabes podem entrar na Pérsia, e aprende novas técnicas de medicina.

² Especialmente os textos de Aristóteles, trazidas pelos árabes muçulmanos. Obras que continham saberes filosóficos e científicos da antiguidade e que despertariam imediatamente interesses pelas inovações científicas derivadas. Assim como despertar alegria e desejos carnavais, proibidos na época.

7 AULA: RENASCIMENTO: UMA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNDO

Para Reale, a forma Cronologia e características essenciais do período humanista-renascentista eram as seguintes:

Do ponto de vista cronológico, o período humanista-renascentista ocupou inteiramente o 400 e o 500, mas seus prelúdios devem ser buscados já no 300 (nas figuras de Cola de Rienzo e de Francisco Petrarca), enquanto o epílogo alcança os primeiros decênios do 600 (com a figura de Campanella); do ponto de vista dos conteúdos filosóficos, no 400 prevalece o pensamento sobre o homem, enquanto o pensamento essencial do 500 abraçou também a natureza. A Renascença representou uma era diversa tanto da medieval, como da moderna (a qual começa com a revolução científica, ou seja, com Galileu); assim como na Idade Média devem ser buscadas as raízes do mundo moderno, ou melhor, o epílogo da Renascença e marcado pela própria revolução científica. (REALE, 2004, p.9)

As conquistas marítimas, durante os séculos XV e XVI, e o contato mercantil com a Ásia expandiram o comércio e a quantidade de produtos e o consumo na Europa, proporcionando um aumento significativo tanto da produção artística como científica. No período que ficou conhecido como Renascimento ou Renascença, os comerciantes ocidentais fizeram fortunas com o aumento do comércio, e alguns deles passaram a dispor de condições financeiras para investir em pensadores e na produção artística de escultores, arquitetos, músicos, pintores, escritores.

Segundo a Enciclopédia Barsa, Volume 12 (1967), na Europa, apesar da economia continuar a ser a agricultura, ocorreram grandes avanços tanto na indústria têxtil como na mineração e, principalmente, nas atividades comerciais nas cidades de Veneza, Marselha, Nápoles, e ao norte da Europa na Antuérpia, Amsterdam e Hamburgo, o que permitia interferir na política ou dar seu apoio econômico às monarquias que passavam por crises financeiras. O clero e os soberanos, por sua vez, passaram a dar ajuda financeira e proteção aos artistas e intelectuais da época, auxílio conhecido como mecenato, para fortalecer a suas posições frente a opinião popular.

O descobrimento da América abriu novos mercados, e a mineração de metais no novo mundo permitiu que cidades como Sevilha e Lisboa prosperassem, enriquecendo a burgueses e banqueiros. O desaparecimento das grandes pestes medievais, e o melhoramentos nas condições de vida das populações, permite o crescimento da vida urbana principalmente no norte da Itália, nos Países Baixos e o centro da França.

8 AULA HUMANISMO: UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

O espírito renascentista anuncia o prelúdio do humanismo, movimento intelectual que teve início e alcançou seu apogeu na Itália, protagonizado por Giannozzo Manetti, Marsilio Ficino e Lorenzo Valla, entre outros. Os humanistas procuraram respostas para as questões do período e para isso apelaram tanto ao cristianismo como à filosofia greco-latina. Cunharam um sistema intelectual marcado pela supremacia do homem sobre a natureza e pela recusa dos conceitos determinados pela religião medieval. A finalidade do humanismo era criar no homem um espírito crítico e uma completa certeza nas suas próprias condições, situação proibida durante o momento medieval.

Da Itália, graças ao invento da imprensa, o humanismo alastrou-se para outros países ao norte, estendendo-se aproximadamente por toda a Europa, promovendo a divulgação dos textos clássicos e das novas ideias com grande agilidade. Dentre os humanistas podemos destacar Erasmo de Rotterdam, autor “O Elogio da Loucura” (1509), grande amigo de Thomas More, sua obra resumiu a essência moral do humanismo, defendia a tolerância e da liberdade de ideais. Citado por Reale em “História da filosofia: do humanismo a Descartes”:

Existem de fato dois obstáculos que, mais que os outros, se opõem à aquisição do conhecimento do mundo, e são a vergonha, que ofusca a inteligência, e a timidez, que exagera os perigos, desviando assim da razão. Ora, há um esplendido modo de se libertar de uma e outra: possuir um grãozinho de loucura. (REALE, 2004, p. 84)

Erasmo propõe através da "loucura" desvelar as verdades escondidas atrás das máscaras da sociedade. Atitude que pode ser comparada, em certo sentido, com a ironia socrática, que se utilizava da ignorância para romper com as crenças sem fundamentos, das quais os poderosos do mundo tiram vantagem.

Levando em conta a igualdade intelectual entre os homens, e o fim da hierarquia dos seres e o princípio da autoridade da Idade Média, o Iluminismo qualifica os humanos como de principal importância, ocupando agora o centro das atenções (antropocentrismo)³. Atribui a capacidade humana, particularmente a racionalidade, condições para descobrir os enigmas por trás das condições da natureza. Assim como

³ Antropocentrismo: do grego *anthropos*, "humano"; e *kentron*, "centro", concepção que considera a humanidade como centro do entendimento dos humanos. em contraposição ao teocentrismo da Idade Média, que considerava Deus como o fundamento de toda a ordem no mundo.

instaurar, por si mesma, sem a intervenção de forças sobrenaturais, as posturas éticas necessárias as suas aspirações e dignidade.

CAPÍTULO 3

A UTOPIA DE THOMAS MORE

9 AULA: THOMAS MORE VIDA

Esta aula tem apenas o caráter introdutório para a apresentação da obra, portanto, não é necessário muita ênfase ou necessidade que os alunos decorem datas ou nomes, mas o importante é apenas ter uma ideia de como foi a vida de More. Conforme a disponibilidade de tempo e aulas, essa aula pode ser agregada com a próxima que trata apenas de uma introdução do livro primeiro.

O londrino Thomas More, nascido em 7 de fevereiro de 1478 considerado como um dos grandes humanistas do Renascimento. Era advogado respeitado, um dos homens mais dignos e horados de sua época, considerado correto e competente e exerceu por algum tempo a cátedra universitária. Fez parte da Câmara dos Comuns em 1504, qual foi eleito presidente, reconhecido como um parlamentar atuante. Na corte de Henrique exerceu muitas vezes o cargo de embaixador, investido cavaleiro do rei em 1521. Foi nomeado Chanceler de Lancaster, depois Chanceler da Inglaterra. cargo de "Lord Chancellor" (Chanceler do Reino - o primeiro leigo em vários séculos) de Henrique VIII da Inglaterra.

Thomas More tinha grande respeito pela família e pela religião. Filho do juiz sir John More, cavaleiro de Eduardo IV, e de Agnes Graunger. Sua primeira esposa Jane Colt, com quem teve três filhos: Margaret, Elizabeth, Cecily e John. Após a morte de Jane em 1511 More casou-se com lady Alice Middleton.

Em 1529 More foi nomeado chanceler do rei Henrique VIII, que pretendia conseguir o divórcio ou a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão e pretendia que More o ajudasse. No entanto, More era um respeitador do direito canônico, e reconhecia que essa era uma atribuição do Papa Clemente VII (Contrário às Reformas Protestantes) que era claramente contra o divórcio em razão da doutrina sobre a indissolubilidade do matrimônio. Não vendo saída More deixa o cargo de cargo de Lord Chancellor do rei em 16 de maio de 1532, provocando suspeita na Corte e em Henrique VIII. O rei, dessa forma, atribui a si mesmo a liderança da Igreja em Inglaterra sendo o sacerdócio obrigado a um juramento ao abrigo do Acto de Supremacia que consagrava o soberano como chefe supremo da Igreja.

O ato de negar o divórcio de More e interpretado como uma tentativa de conspiração. Com o decreto de sucessão em 1534, e juramento de supremacia, todos os funcionários públicos e àqueles suspeitos de não apoiarem Henrique deveriam ser julgados. More foi chamado a fazer o juramento em 17 de abril de 1534, mas diante da sua recusa, foi preso na Torre de Londres, ao lado do Cardeal e Bispo de Rochester John Fisher. More preferiu manter o silêncio e não se declarar sobre o assunto, situação que incomodou o rei que determinou o julgamento, sentenciando-o a pena de morte.

More foi condenado a ser enforcado, e depois esquartejado e decapitado. Por clemência o rei diminuiu a sentença a uma simples decapitação. A execução de Thomas More ocorreu no dia 6 de julho de 1535 na Torre de Londres, sua cabeça foi exposta na ponte de Londres durante um mês, e foi recolhida por sua filha, Margaret Roper. Está considerada uma das mais graves e injustas sentenças aplicadas pelo Estado contra um homem de honra, resultado de uma atitude expressivamente despótica de vingança do rei. Thomas More encontra-se sepultado na Capela Real de São Pedro ad Vincula.

Por sua atitude de apoio e respeito aos cânones da Igreja Católica e por sua morte trágica, More se torna exemplo para a Igreja. Em virtude de sua integridade e modelo de vida cristã, foi agraciado como mártir, posteriormente, declarado beato em 29 de dezembro de 1886 pelo Papa Leão XIII e canonizado em 19 de maio de 1935 pelo Papa Pio XI, 22 de junho sendo o seu dia festivo.

10 E 11 AULA: LIVRO UM DE UTOPIA

Como salientado anteriormente essa aula pode ser complementar a anterior. Podendo ser desnecessária a sua apresentação, uma vez que o professor prefira, muito em função do tempo, não se ater ao livro um e se objetivar na verificação mais direta do livro dois que trata especificamente da ilha de Utopia. No entanto, se for conveniente fica aqui uma proposta de estudo do livro um.

A obra Utopia é composta por dois livros, no livro primeiro intitulado “Discurso Do Notável Rafael Hitlodeu Sobre A Melhor Das Repúblicas, Registrado Pelo Ilustre Thomas More, Cidadão E Vice-Xerife Da Gloriosa Cidade De Londres” More descreve que por intermédio de seu amigo Pedro Giles⁴, conhece um viajante, esse participou de algumas expedições de Américo Vespúcio pelo litoral da América, chamado Rafael Hitlodeu. Em suas andanças Rafael tem a oportunidade de conhecer diferentes povos e culturas, e relata para More, em por menores, as leis e os costumes de regiões diversas por onde passou. Descreveu de modo especial a ilha de Utopia, considerada por ela a melhor República existente.

Nesse primeiro livro, que antecede a descrição da ilha, More recebe seu convidado, Rafael Hitlodeu, junto com alguns pessoas que representariam setores da sociedade inglesas de sua época (um cardeal, um padre, um leigo, um magistrado, um filósofo, e um bobo). More aproveita a circunstância, que precede a descrição da ilha propriamente dita, para analisar a sociedade inglesa de seu tempo, e os problemas nela encontradas.

Esta parte do livro pode ser aproveitada para fazer uma reflexão com os alunos sobre a pena de morte, e direitos humanos. Aqui foi colocada alguns recortes e a evidenciação de cada parte, mas se o professor conveniente, pode apresentar para os alunos diretamente o texto, de cinco a dez páginas da discussão, para não se estender muito e ficar cansativo e longa a leitura. Entre às páginas 14 e 23.

A discussão começa com a verificação da pena de morte para os ladrões por enforcamento, na Inglaterra daquela época, atitude considerada assertiva para muitos, mas que acaba se mostrando pouco eficaz. “enfocavam, aqui e ali, aos vinte de cada

⁴ Peter Giles (1486-1533) foi aluno brilhante de Erasmo; foi também poeta, editor de textos latinos e Secretário da cidade de Antuérpia. Seu nome na verdade era Peter Aegidius Gillis e era conhecido como Peter de Antuérpia. Nesta edição preferiu-se utilizar a forma adotada nas edições em inglês. N.T.

vez,” (...) “mesmo assim os ladrões prosperavam em toda Inglaterra.” (MORE, 2004, pág. 12)⁵.

Para Rafael a pena de morte era um castigo demasiado injusto e prejudicial⁶, sob a alegação que, “O roubo, puro e simples, não é crime tão grave que se tenha de pagá-lo com a vida, e nenhum castigo impedirá de roubar aqueles que não têm outro modo de agir para não morrer de fome.” (MORE, 2004, pág. 13)

Argumentação rebatida por um leigo presente; "Os meios de subsistência já foram suficientemente assegurados, há o comércio, as artes mecânicas e a agricultura que permitem a cada um ganhar a vida a menos que, deliberadamente, preferam viver como bandidos." (MORE, 2004, pág. 13)

Rafael contesta afirmando que muitos desses não buscam outras formas de subsistências por encontrar-se impossibilitados como:

"os soldados que voltam ao lar mutilados, depois de uma guerra civil ou contra um país estrangeiro como recentemente após a batalha de Cornwall e como antes, durante as suas guerras contra a França. Esses homens foram mutilados a serviço do rei e da pátria e suas mutilações os colocam na impossibilidade de retomar o antigo ofício e a idade os impede de aprender outro novo." (MORE, 2004, pág. 13)

O soldado que retorna depois da guerra, mesmo aqueles sadios, acostumados na violência e na arte do saque e pilhagem, vê na terra natal um lugar propício para o ofício do roubo e do assalto. “Melhor diríeis: da mesma forma que muitos ladrões podem tomar-se bons soldados, soldados também podem ser muito bons ladrões, uma vez que existem tantas coisas em comum entre as duas profissões.” (MORE, 2004, pág. 15) tornando-se uma calamidade “O país está inteiramente tomado por mercenários em armas, mesmo em tempo de paz.” (MORE, 2004, pág. 16)

Um problema, relata Rafael, que ocorre todos os dias, e é muito mais sério que as guerras que ocorrem somente de tempos em tempos, refere-se a ganância dos nobres, que vivem sugando e esfolando os vassalos aumentando constantemente o aluguel dessas terras. E eles sim seriam os verdadeiros preguiçosos vivendo à custa do suor dos outros, carregam ao redor si um punhado de servidores ociosos e incapazes. Essa ganancia recebe um incremento quando a disseminação do uso da lã fez crescer o comércio e seu preço tornou-se um forte atrativo para a criação de ovinos.

⁵ A pena de morte para ladrões permaneceu como lei até 1827. N.T.

⁶ A severidade dessas punições devia ser uma preocupação grande na época, especialmente para um humanista como More. Segundo Reeve, em sua *History of Law* (citada por Dermenghem), 70 mil vadios, ladrões e aventureiros foram enforcados nos últimos 14 anos do reinado de Henrique VIII. N.T.

O que acabo de dizer não é a única razão que explica por que existem, necessariamente, tantos ladrões. Há, ainda, uma outra; e esta, do modo como eu vejo, parece peculiar à vossa Inglaterra." "Qual é ela?" Perguntou, então, o Cardeal Morton. "Os carneiros", respondeu Rafael, "vossos carneiros. Esses animais são, habitualmente, bem mansos e pouco comem. Mas disseram-me que, no momento, mostram-se tão intratáveis e ferozes que devoram até os homens, devastam os campos, casas e cidades. Efetivamente, em todos os pontos do reino onde se obtém a mais fina lã, portanto a mais preciosa, os senhores, os nobres e até santos abades, não se contentam mais com os rendimentos e o produto que seus antepassados costumavam retirar de seus domínios. Não lhes é mais suficiente viver na preguiça e nos prazeres; estes homens, que nunca foram úteis à sociedade, querem ser ainda, positivamente, nocivos. Não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em pastagens. Derrubam casas, destroem aldeias e, se poupam as igrejas é, provavelmente, porque servem de estábulos a seus carneiros. Essas excelentes pessoas transformam em deserto as habitações, e tudo que era cultivado; como se as florestas e as terras reservadas à caça já não prejudicassem bastante a agricultura." (MORE, 2004, pág. 17)

Esse relato corresponde aos cercamentos legais, que foi um processo ocorrido na Inglaterra. Dando início a Revolução Industrial, diferente do modo de produção feudal, no qual a terra era um bem comum para a produção camponesa. Com a criação de carneiros, parte dos senhores feudais ingleses - a "gentry" (nobreza rural mais progressista, aburguesada) e os "yeomen" (camada mais rica dos pequenos e médios proprietários), passaram a cercar as suas terras (cercamentos), arrendando-as como pastagens para a criação de ovelhas, e delas expulsando os camponeses. Isso obrigou-os a viver como indigentes pelas cidades. "Quando as poucas moedas terminam - e terminam muito rapidamente enquanto vagam de forma errante de um lugar para outro - só lhes resta roubar e serem enforcados, como dizeis: segundo as justas regras." (MORE, 2004, pág. 18)

More (pelas palavras de Rafael) se mostra contrário a pena de morte, como primeiro argumento, dirigindo-se ao cardeal menciona as palavras Deus "não matarás", na qual Deus nos proíbe tirar a vida, não somente do próximo, mas de nós mesmos.⁷ Outro motivo para a não execução da pena de morte seria o fato do ladrão sabendo que iria se enforcado por roubo ou por homicídio, decide matar sua vítima para que ela não testemunhe contra.

⁷ More é grande devoto e temente a Deus.

“Se o ladrão sabe que corre o mesmo risco ao cometer um furto ou ao praticar um homicídio, ele é induzido a matar aquele a quem pretendia apenas roubar uma vez que, no caso de ser preso, o perigo de ser enforcado é o mesmo e o assassinato lhe oferece maior segurança porque, não havendo testemunhas, há mais esperança de que a autoria do crime permaneça ignorada. Portanto, ao invés de afastar os ladrões do crime, com a ameaça de um castigo terrível, estamos, na verdade, induzindo-o a matar gente inocente.” (MORE, 2004, pág. 22)

Como alternativa a pena de morte, Rafael recomendo o que é feito em poliléritos⁸

"Nesse país, quando um indivíduo é culpado de roubo, ele deve restituir o objeto roubado ao seu proprietário, e não ao príncipe, como é de uso corrente em outros lugares. As leis entendem que o príncipe, tanto quanto o ladrão, não tem direito ao fruto do roubo. Se o objeto roubado for perdido, seu preço é avaliado e tirado dos bens do ladrão, que são confiscados para pagar a vítima, e se houver excedente, ele é transferido à esposa do ladrão, enquanto ele é condenado a trabalhos forçados." (MORE, 2004, pág. 23)

O cardeal, no entanto, achou pouco incomum para a Inglaterra, e que não daria certo, sugeriu a suspensão da pena, depois de pronunciada pelo rei, para o acusado por um tempo, e ver como funcionaria, se desse bom resulta bem, caso contrário a pena seria aplicada. Argumento que foi aplaudido e acolhido pelos presentes, sabidamente pela importância e respeito da posição de cardeal. Importante salientar aqui, para os estudantes, como já havia sido mencionado antes, o princípio da autoridade, no qual o poder da autoridade era relevante quando ao julgamento dos argumentos.

More, sabendo desse poder, e supostamente temendo represarias, se utiliza de um artifício eficiente e não comprometedor para alfinetar a Igreja. Introduce a figura de um bobo para dizer as verdades que não poderiam ser pronunciadas.⁹

"Por acaso, ali se encontrava um desses parasitas que gostam de se fazer de palhaço, sendo tão aplicado nessa prática que tornava praticamente impossível dizer-lhe qualquer coisa séria. Esforçava-se por despertar risos com pilhérias, na maioria das vezes tão sem graça, que as pessoas em geral riam mais dele do que de seus gracejos." (MORE, 2004, pág. 26)

O qual diria: “Eu decretaria uma lei pela qual todos os mendigos seriam distribuídos pelos conventos beneditinos, onde se tornariam irmãos leigos, como são chamados, enquanto as mendigas seriam todas freiras.” Com um argumento

⁸ Povo imaginário

⁹ Ideia introduzida por Erasmo de Rotterdam, amigo de Thomas More, no livro “Elogia a Loucura”, no qual só um bobo seria capaz de dizer verdades sobre o clero e a nobreza e sair impune.

demasiadamente forte, que irritaria o cardeal e principalmente o padre presente, ele sacramenta: “A questão já está resolvida, retrucou o histrião. O Cardeal já decidiu admiravelmente esse problema; ele não aconselhou, para os vadios, a reclusão e os trabalhos forçados? Não sois, vós, os maiores vadios do mundo?” (MORE, 2004, pág. 27) O padre nesse momento se encolerizou, mas foi acalmado pelos presentes, pois não deveria se ofender pelas palavras de um bufão.

12, 13 E 14 AULA: LIVRO DOIS

Finalmente trataremos o livro dois “DISCURSO DE RAFAEL HITLODEU SOBRE A MELHOR DAS REPÚBLICAS, REGISTRADO POR THOMAS MORE, CIDADÃO E XERIFE DA CIDADE DE LONDRES”, ou simplesmente, “A ilha de Utopia”.

➤ Características físicas e dimensões da ilha.

○ Porto e a defesa

“A ILHA DE UTOPIA estende-se, na sua parte central, que é a mais larga, por duzentas milhas e essa medida só diminui nas duas extremidades em que a ilha vai se estreitando, progressivamente. Seu perímetro, de quinhentas milhas, forma um semicírculo e oferece, no conjunto, o aspecto de um crescente, de uma lua nova. Entre as extremidades do crescente, um estreito de aproximadamente onze milhas serve de entrada para uma grande baía que, protegida do vento pelas terras que a circundam, tem as águas calmas como as de um grande lago. Assim, toda essa costa interior torna-se um grande porto natural e os barcos podem cruzar a baía em todas as direções para grande benefício de seus habitantes. As entradas do golfo são perigosas, devido aos bancos de areia de um lado e aos recifes do outro. No meio do estreito há um rochedo, que se eleva bem acima da água, e que, assim, não oferece perigo. Uma guarnição ocupa o forte construído sobre esse rochedo.” (MORE, 2004, pág. 48)

O livro já começa com a descrição da ilha, suas dimensões e características. More tem por objetivo exaltar os atributos naturais da ilha, sua configuração propicia um porto natural que possibilita a atracação de barcos com segurança, no entretanto o restante é composta de rochedo que servem de muralhas naturais evitando a entrada de inimigos. “Mas outros rochedos, escondidos sob a água, são muito perigosos para os navegantes. Somente os utopienses conhecem bem as passagens e, raramente os navios estrangeiros se arriscam a entrar sem um piloto utopiense que os guie pelo estreito.” (pág. 47) Essas características permitiam um menor dispêndio de recursos para a defesa da ilha e de seus moradores, que se distinguiam por ser um povo pacífico não propensos a guerras e a ideia de conquistas.

○ Distribuição das terras e casas

“As terras foram tão bem distribuídas aos habitantes que a distância de cada cidade até a extremidade de seu território não é nunca inferior a doze milhas. Nenhuma delas (as cidades) deseja aumentar seu território, pois os utopienses consideram

que as terras são mais para serem cultivadas do para serem objeto de posse” (MORE, 2004, pág. 49)

Temos aqui a primeira descrição igualitária do livro, e que irá ditar o tom de toda obra. Determinando ao mesmo tempo a condição de posse, que não há uma posse definitiva individualmente, mas na condição coletiva.

“No campo, as casas são construídas a distâncias apropriadas e providas dos implementos agrícolas necessários e são habitadas por cidadãos que as ocupam rotativamente. Nenhuma dessas habitações tem menos de quarenta pessoas, homens e mulheres, aos quais juntam se dois escravos e é dirigida por um homem e uma mulher, experientes e respeitáveis.” (MORE, 2004, pág. 49)

Como o trabalho no campo é considerado mais duro e árduo, existe na ilha um revezamento para que todos contribuam sem sobrecarregar ninguém.

“Ao aproximar se o tempo da colheita dos cereais, os filarcas informam os magistrados nas cidades quantos trabalhadores serão necessários.” (pág. 51) Além da ocorrência de uma rotatividade no campo, também existe um mutirão na época de plantio e de colheita, quando os trabalhos se intensificam.

Na cidade também há revezamento nas moradias, ao mencionar esse método, More tinha em mente a preocupação em evitar o apego à propriedade e às coisas.

“Todas as casas possuem uma porta para a rua e outra para o jardim. As portas de duas lâminas abrem-se facilmente e fecham-se automaticamente de modo que qualquer um pode entrar e sair de qualquer casa, uma vez que não há propriedade privada e, por sorteio, os habitantes mudam de casa a cada dez anos.” (MORE, 2004, pág. 53)

Aparece aqui também uma despreocupação com trancas ou chaves nas portas, atribuindo uma vez que não há posse também não há roubos.

➤ Dos Magistrados.

Na República utopiana, a melhor que existe, assim determinada por reconhecer que em nenhum lugar exista governantes que não se ocupam de seus interesses. “Em Utopia, onde não existem negócios particulares, todos se ocupam, seriamente, dos negócios públicos” (MORE, 2004, pág. 127) Apesar de ser governada por um príncipe regente e vitalício, nada lhe pertence, e nem seus descendentes herdaram o trono.

“Cada grupo de trinta famílias escolhe, todos os anos, um oficial ou magistrado, chamado sifogrante.” (...) “sifograntes - duzentos ao todo - e esses se reúnem para eleger o príncipe por voto secreto, após terem feito o juramento solene de que escolherão o mais sábio entre os quatro candidatos propostos pelo povo. O príncipe é um regente vitalício, salvo se manifestar aspirações à tirania. Os tranfobros são eleitos anualmente, mas são sempre reeleitos, a menos que haja razões sérias para não o fazer. Todos os outros magistrados ocupam seus cargos apenas por um ano.” (MORE, 2004, pág. 54)

Há no governo uma representatividade de todas as famílias e cidades, e os legisladores/administradores são eleitos anualmente.

➤ Dos Ofícios.

“Além da agricultura que é um trabalho comum a todos, cada qual aprende um ofício em particular.” (...) “Uns aprendem a tecelagem da lã ou do linho, outros tornam-se pedreiros, ferreiros ou carpinteiros.” A distinção dos trabalhos é feita em função do sexo “as mulheres são fisicamente mais fracas, encarregam-se dos trabalhos mais leves, como a tecelagem, enquanto os trabalhos mais pesados são atribuídos aos homens.” (MORE, 2004, pág. 56)

A ociosidade para os Utopianos é deplorável, no entanto, mais ainda é a sobrecarga de serviços. “Das vinte a quatro horas do dia, apenas seis são dedicadas ao trabalho. Trabalham por três horas na parte da manhã, almoçam e descansam por duas horas para, em seguida, trabalhar por mais três horas.” (MORE, 2004, pág. 57)

No entanto, caberia justificar, acaso seis horas por dia seriam suficientes para produzir bens o suficiente para suprir as necessidades e satisfazer o prazer como prometido?

A resposta estaria na comparação com as outras sociedades, em que parte da população existente vive na inatividade.

“Em primeiro lugar, a maioria das mulheres, que representa a metade da população, praticamente não trabalha, e nos lugares em que as mulheres trabalham, quase sempre os homens dormem preguiçosamente” (...) “Acresei as legiões de ociosos, compostas de padres e religiosos, como os chamam. Contai, também, os ricos, principalmente os proprietários de terras, chamados de cavaleiros e nobres. Ajuntai todo o pessoal doméstico, essa turba de vagabundos e fanfarrões. Por fim, os mendigos, robustos e saudáveis, que simulam alguma doença para justificar sua ociosidade.” (MORE, 2004, pág. 59)

Para Thomas More se há escassez de alimentos e desigualdade, é porque alguns estão trabalhando pelos outros. O trabalho, assim como as riquezas materiais, deveriam ser distribuídos igualmente a todos. Há, segundo ele, uma apropriação do trabalho por um exército de inúteis, de zangões, que parasitam a sociedade impedindo a felicidade comum. O clero, os militares, a nobreza, os donos de terras, os grandes comerciantes e empresários, assim como os funcionários do Estado fariam partes desta parcela da população que onera o trabalho para todos. O mais interessante e justamente pensar que essas pessoas, as que menos trabalham, são também as que mais se beneficiam do trabalho dos outros, comem do bom e do melhor, vivendo em lares luxuosos e confortáveis, usando as melhores roupas, enquanto o restante da população, que são os que realmente trabalham, e trabalham arduamente, nada tem, vivem em situação de miséria e carestia.

“Considerai também quão pouco trabalho os utopienses despendem para se vestir. Suas roupas de trabalho são folgadas e feitas de couro e duram cerca de sete anos. Quando comparecem a lugares públicos usam, por cima dessa vestimenta grosseira, uma capa. Em toda a ilha, usa-se a mesma cor da lã natural. Em consequência, não apenas precisam de menor quantidade de lã do que em qualquer outro lugar, mas também a que necessitam custa menos. Usam muito linho porque exige ainda menos trabalho.” (MORE, 2004, pág. 62)

Outra razão para o menor número de horas trabalhadas e o despojo no vestir, não há necessidade de roupas muito ornamentadas, e de difícil confecção. Na Utopia as roupas são fáceis de fazer empregando menos horas de trabalhos. Roupas muito adornadas e enfeitadas serviriam para encobrir os corpos desleixados dos ricos, que de não fazerem nada e comer em abundância, se tornam barrigudos e desajeitados. O exercício do trabalho, por outro lado, produz corpos saudáveis e belos por natureza sem a necessidade de ornamentos.

➤ Distribuição dos alimentos.

“Toda cidade é dividida em quatro distritos iguais e no centro de cada distrito há um mercado com todos os tipos de produtos. É para aí que são levados e armazenados os produtos do trabalho de cada família, onde cada tipo é disposto em seu devido lugar. No mercado, cada chefe de família vai buscar o que ele e os seus necessitam e leva tudo que deseja, sem nada pagar, nem dar compensação alguma. (MORE, 2004, pág. 63)

(...) Há de tudo em abundância e não há receio de que alguém leve mais do que a quantidade de que efetivamente necessita, uma vez que também não há receio de escassez no futuro. Junto ao mercado de que falei, estão os armazéns de víveres, para onde são levados os legumes, as verduras, as frutas e os pães. (MORE, 2004, pág. 64)

O grande diferencial de Utopia para outras sociedades europeias está justamente na distribuição igualitária da produção. O direito ao acesso a todos dos produtos ali produzidos.

➤ O ouro, prata e dinheiro

Como os produtos são ofertados gratuitamente não se faz uso de dinheiro dentro da Utopia. No entanto, são guardados para momentos de precisão.

“Antes de mais nada, nunca usam dinheiro entre eles, mas apenas guardam-no consigo para alguma contingência que pode ou não vir a ocorrer. Enquanto isso, asseguram-se de que ninguém valorize o ouro e a prata, de que são feitas as moedas.” (MORE, 2004, pág. 70)

O ouro e a prata são tratados com desprezo, o ferro tem muito mais utilidade, essas matérias são usadas para fazer urinóis e correntes para os escravos. As pedras preciosas são usadas de brinquedo pelas crianças.

➤ Controle da natalidade

Há uma certa preocupação com a superpopulação em Utopia.

“Não se procura controlar o número de crianças numa família e o número de adultos é controlado por meio da transferência de uma casa, onde há adultos de mais para outra onde os há de menos. Do mesmo modo, a população excedente de uma cidade deve ser transferida para suprir a escassez populacional existente em outras cidades.” (MORE, 2004, pág. 62)

➤ A filosofia moral em Utopia

Para encerrar, More ressalta o modo de viver do utopiano, seus conceitos estão voltados estritamente para a virtuosidade, no qual um homem deve ser venerado pelo que ele é, e não pelas suas posses.

“De fato, na opinião dos utopienses, a felicidade não é encontrada em qualquer tipo de prazer, mas apenas nos prazeres bons e honestos. (...) Há uma doutrina que assegura que a própria virtude é a felicidade. Definem a virtude como viver segundo a natureza e dizem que Deus nos criou para esse propósito. Quando o homem obedece aos ditames da razão, escolhendo algumas coisas e rejeitando outras, está apenas vivendo segundo a natureza.” (MORE, 2004, pág. 78)

More não nega os valores cristãos, mas acredita que a felicidade não deve estar apenas no pós morte, devemos viver em consonância com a própria harmonia da natureza, e através da nossa capacidade racional saber o que é reto e aproveitar a felicidade terrena.

CAPÍTULO 4

UTOPIA E REALISMO: DUAS FORMAS DE PENSAR A POLÍTICA

15 E 16 AULA: ÉTICA E POLÍTICA NA MODERNIDADE

Uma tarefa complementar para compreender melhor a obra de Thomas More, e fazer uma relação com outra obra de sua época, a saber, “O Príncipe” de Maquiavel, obra que retrata uma forma oposta de compreender a realidade e se portar diante dela. A tarefa consiste em ler e compreender o texto “Ética e Política na Modernidade” (p. 58 a 68) de Renato Janine Ribeiro, (In: Carvalho, M.; Cornelli G. (org.) Filosofia: estética e política, vol. 3, Cuiabá : Central de Texto, 2013) e de assimilar a distinção conceitual que nele se apresenta entre uma forma utópica e uma forma realista de se pensar a política e questões afins. Essa distinção será usada, nas etapas posteriores do curso, como ferramenta teórica que balizará as demais discussões.

Abaixo segue algumas perguntas para os alunos responderem em relação ao texto de Renato Janine Ribeiro.

https://ava.ufpr.br/pluginfile.php/100609/mod_assign/introattachment/0/Especializacao_em_Filosofia_III_-_Estetica_e_Politica.pdf?forcedownload=1

Questões e Sugestões de respostas:

1) Quais as relações que o autor do texto estabelece entre as obras *Utopia* de More e o *Príncipe* de Maquiavel? Quais as semelhanças e as diferenças entre as obras

De acordo com Janine Ribeiro, as semelhanças apontadas são: (a) as duas obras marcam o início da modernidade (p. 59); (b) foram escritas por homens políticos e não apenas teóricos da política (p. 59); (c) ambas suscitam a questão: qual a verdadeira intenção do autor ao escrevê-la? (p. 59 - 60); (d) ambas destoam dos valores dominantes de sua época (p. 60). (e) Apesar disso, as obras se opõem na medida em que (p. 59) (f) *O Príncipe* adota uma postura realista para abordar a política, (f') postura essa que consiste em descrever a ação política tal como se pensa que ela realmente é (p. 61), enquanto (g) *Utopia* adota uma postura idealista, (g') tratando de como uma sociedade plenamente justa deve ser e (g'') sem se preocupar com como ela viria a se realizar na prática (p. 61).

2) No que consiste o modelo de teoria política realizado no fim da Idade Média, cujo melhor exemplo está em Tomás de Aquino?

Para Janine Ribeiro, apesar de suas divergências, tanto Maquiavel quanto More rompem com o modelo de moral da Idade Média (p. 61). Deixando para trás o modelo proposto por São Tomás de Aquino de: a) O rei bondoso não poderia ser dissimulado nem cruel, para merecer o reino dos céus. b) A hierarquia de seres, a partir da ideia de *justitia*, na qual, a cada um deve ser dada a sua parte, mas essa parte era diferente para cada um. Cada qual deveria saber o seu lugar na sociedade e respeitar essa vontade divina, e isso proporcionaria uma sociedade melhor e mais justa. (p. 61)

3) Qual a novidade introduzida por Maquiavel com relação a esse modelo?

Maquiavel faz uma distinção entre vida privada e vida pública. (p. 62) a) na vida privada o indivíduo possui a proteção do governo para garantir seus direitos, assim deve cumprir uma ética de respeito aos preceitos morais. b) na vida pública o soberano não possui ninguém acima dele para garantir seus direitos, nem ninguém para puni-lo ou recompensá-lo, vivendo numa eterna insegurança.

De maneira que, segundo Maquiavel, deve haver um preceito moral diferente na vida pública. A ideia de rei bondoso da Idade Média, portanto, não garantiria a sobrevivência do príncipe, que deveria em dados momentos infringir a boa conduta, e agir de crueldade. (p. 63) Mas essas ações teriam não um fim em si mesmas, mas um fim maior, que era a unidade do reino, sua preservação e bem-estar.

4) Por que Maquiavel é malvisto? De que forma sua imagem foi reabilitada mais recentemente por autores como I. Berlin e M. Ponty?

Em uma sociedade fundada em preceito judaico-cristã, em que as leis dos homens são precedidas pelas leis divinas, o ato de matar, roubar ou mentir consistiriam não só em um ato que iria contra a moral e a ética, mas com a vontade de Deus. Assim o que propõe Maquiavel, isto é, que o príncipe possa agir de crueldades, iria contra os princípios religiosos, tornando suas atitudes pecaminosas e orendas, não importa para que fins elas tenham sido tomadas. (p. 63) por isso o termo maquiavelismo comparado a algo demoníaco.

Janine ressalta que Isaiah Berlin e Merleau-Ponty vem que existem duas formas de pensar a ética; (p.63) a) Uma ética cristã que pensa na salvação da alma em outro mundo b) uma ética pagã que está mais preocupada com a pólis, a cidade em que vivemos. Maquiavel estaria ligado a segunda formulação de ética, e segundo o próprio Maquiavel, o rei deveria estar mais interessado em salvar o reino do que sua própria alma.

Para uma nova geração de pensadores seria compreensível aceitar Maquiavel uma vez que o campo político se edifica num terreno instável e imprevisível, no qual as normas éticas assumem conceitos distintos. (p. 63) O conceito de certo e errado estaria disposto em um universo muito mais amplo.

5) Haveria uma relação de ruptura ou continuidade entre a *Utopia* de Morus e o modo como São Tomás pensou a política? Justifique sua resposta.

Há uma diferença substancial no modo de pensar a sociedade para São Tomás e Thomas More, o primeiro defende a teoria que existiria uma constituição do universo dada por Deus, na qual todos os seres existentes possuem características diversas com graus de superioridade e inferioridade, prescrevendo uma hierarquia de seres (p. 61). Essas características estariam presente também entre os homens justificaria, portanto, alguns mandarem e outros obedecerem, e uns possuírem mais que outras. Para More era injustificável essa diferença, porque todos somos iguais perante Deus, devendo ter os mesmos direitos. E uma das coisas que produziriam essas desigualdades seriam a propriedade privada (p.64).

CAPÍTULO 5

QUAL A SUA UTOPIA?

17 E 18 AULA: CRIE SUA PRÓPRIA UTOPIA

Como último exercício para os alunos seria interessante verificar neles qual deveria, para eles, ser uma sociedade perfeita, como eles descreveriam, como seria uma comunidade ideal? Depois de todo o processo de aprendizado essa análise completaria a trajetória, delineando o quanto eles realmente absorveram dos conteúdos apresentados. Para saber também, principalmente por eles serem jovens e certamente estarem menos contaminados com o sistema, o que de novo e excepcional eles seriam capazes de produzir. Mesmo acaso nada fosse produzido de relativamente novo, essa atividade teria como objetivo de suscitar e ensinar neles o desejo e a vontade de repensar a sociedade em que vivem. Assim como questionar e perceber que tudo que aí está é apenas uma construção humana passível de mudança, não é nada natural e estático, e que eles também podem ser responsáveis por mudanças e melhorias.

Pensando que esse exercício é extremamente complexo, isto é, repensar uma sociedade toda, assim, a atividade poderia se concentrar em alguns aspectos da sociedade os quais eles desejam modificar. Se não a sociedade toda, alguma parte que eles achem interessante que houvesse mudanças, que pudessem acreditar e vislumbrar possibilidade de melhorias.

Essa atividade consistiria em desenvolver no aluno não só o senso crítico para analisar as falhas no processo social, mas também permitir que eles possam pensar em saídas, alternativas para os problemas. Desenvolver a capacidade de criar soluções, ao invés de apenas perceber o problema e ficar reclamando e buscando culpados. Determinar por eles mesmo escolhas e opções para os problemas que vão para além de meras e intermináveis reclamações e lastimas, que se fazem na perspectiva de achar um culpado para suas mazelas e fazer dessas pessoas os algozes dos seus insucessos.

A capacidade de sonhar um amanhã melhor é a única maneira de retirar desses jovens, principalmente da periferia, o estigma de derrotados e incapazes. O próprio sentido da palavra utopia está intimamente ligado a essa propensão, ou seja, de sonharmos na possibilidade de um mundo melhor para todos. Mesmo que seja talvez inalcançável esse objeto possa ao menos servir como meta, como norte das nossas ações. E só isso, e

justamente por isso já se faz importante, na justificativa de um viver, num sentido para viver. Produzindo e projetando um futuro para essas crianças sem futuros.

Não entanto, deixando bem claro que isso não deva passar para a condição de ideologia cega e desmedida, alertando para erros do passado. Não é uma saída para um povo ou uma raça, mas para a humanidade. Pensando também em todo processo evolutivo que já obtivemos, e apesar de muitos problemas, a sociedade atual obteve ganhos significativos em sua história. Não há porque reinventar a roda ou retornar a processo anteriores, a situações e condições que já foram vencidas, não há porque retorná-las. Entretanto, é necessário repensar as instituições, cada um dos costumes ou estruturas sociais estabelecidas. Questionar as leis e os parâmetro que determinam a constituição do Estado e do povo.

19 AULA: MODELO DE UTOPIA MODERNA

Como modelo e exemplo queria deixar a minha própria reflexão feita por um período de quinze anos.

Podendo ser acessada na biblioteca digital do Site Wattpad

A CÉLULA https://www.wattpad.com/story/143873360-a-c%C3%A9lula?utm_source=web&utm_medium=email&utm_content=share_myworks

20 AULA: CONCLUSÃO

A sociedade está enferma, e o reflexo é a insatisfação com que conduzimos nosso cotidiano, de modo enfadonho. Buscamos objetivos, sentido para conduzir nossas vidas, algo em que possamos nos guiar, e as vezes nem percebemos que esses objetivos são pautados em satisfazer necessidades que não carecemos. Esta sociedade está enferma porque o modo de produzir e consumir não está só acabando com nós, mas com o planeta. Precisamos urgentemente encontrar novas saídas para não perecermos. Sabemos que iniciativas e alternativas surgem todos os dias, que existem muitas pessoas empenhadas nessa tarefa, e que outras pessoas, mais influentes, desejam justamente o contrário. Precisamente as pessoas que poderiam de alguma forma mudar a situação atual, são as mais beneficiadas, e que menos desejam mudanças. Há um exército de parasitas que se apropriam das riquezas e do trabalho alheio, proporcionando a desgraça de milhões.

Para que ocorra uma melhora na condição de existência do indivíduo, é necessário que aconteça uma mudança significativa na sociedade. No entanto, qualquer forma de mudança, é preocupante, afinal, nada está tão ruim que não possa piorar. Há que se ter muita cautela para que não haja um retrocesso. E apesar das dificuldades, a humanidade já alcançou consideráveis avanços.

Devemos e tentar proporcionar, e adicionar algumas alternativas a forma em que vivemos, sem interferir no que está posto, no que está dando certo. Não se deve retirar qualquer benefício dessas pessoas que estão se dando bem. Se o mundo é favorável para elas, ótimo, que permaneça assim. A ideia é oportunizar a mais pessoas a capacidade de uma vida mais digna.

Dizer que podemos apresenta uma saída para todos os problemas da sociedade seria muito pretensioso, e nem ao menos dizer que possa ser concretizado. Mas que possa se tornar um motivo de reflexão já será o suficiente. Suscitar novas formas de pensar a sociedade, já seria positivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENSOUR, Miguel. O novo espírito utópico. Campinas: Unicamp, 1990. AMIS, Martin. Einstein's monsters. London: Vintage, 1999. ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora UFPR, 2001.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco (Coleção Os Pensadores – Vol. 2). São Paulo: Nova Cultural. 1991.
- BENTON, W. Renascimento. In _____. Enciclopédia Barsa. Volume 12. São Paulo: Enciclopédia Britânica Editores LTDA. 1967. BAKHTIN, Mikhail. O freudismo. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENTHAM, Jeremy. O panóptico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). O panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. BERLIN, Isaiah. Limites da utopia: capítulos da história das idéias. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. _____. Palomar. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CAMPANELLA, Tommaso. A cidade do sol. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CLAEYS, Gregory. Utopia: a história de uma ideia. São Paulo: Edições Sesc, 2013.
- Eco, Umberto, 1932-. O nome da rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- GEORGES DUBY. IDADE MÉDIA, IDADE DOS HOMENS - Do amor e outros ensaios Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras 2011.
- OS PENSADORES. Bacon. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.
- MORE, Thomas. UTOPIA. Prefácio: João Almino Tradução: Anah de Melo Franco. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2004
- Reale, Giovanni História da filosofia: do humanismo a Descartes, v. 3 1 Giovanni Reale, Dario Antiseri; [tradução Ivo Storniolo]. - São Paulo: Paulus, 2004
- VERNE, Júlio. A volta ao mundo em 80 dias. Tradução e adaptação Maria Alice de A. Sampaio Dória. Ilus. Neuville e L. Bennett. São Paulo : Melhoramentos, 2005. 128 p. il. (Júlio Verne)

Demais obras:

- COELHO, Teixeira. O que é utopia? São Paulo: Brasiliense, 1985. COSTA, Jurandir Freire. Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FABRIS, Annateresa. Futurismo: uma poética da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1987. FORSTER, E. M. Aspectos do romance. Porto Alegre: Globo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996. _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1996. _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981. _____. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracita Lopes Louro. Rio de Janeiro,: DP&A, 2002.

- HITCHENS, Christopher. *Why Orwell matters*. New York: Basic Books, 2002. HOOK, Sidney. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.
- HUXLEY, Aldous Leonard. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo, 1995. _____. *O despertar do mundo novo*. São Paulo: Hemus, 1979. IZARRA, Laura P. Z. (Org). *A literatura da virada do século: fim das utopias?* São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001. JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- JOUVE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KERNAN, Alvin B. *Modern satire*. New York: Harcourt, 1962 LEECH, Clifford. *Tragedy*. London: Methuen, 1970. LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. LIMA, Maria Herrera. *El punto de vista moral en la literatura*. In: LA VIEJA, Teresa Lopes. *Figuras del logos: entre la filosofía y la literatura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- MANHEIM, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Florida: Harcourt Brace, 1985. MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MATOS, Maria Izilda. *Estudos de gênero: percurso e possibilidades na historiografia contemporânea*. *Cadernos Pagu*, nº11, 1998. MEYERS, Jeffrey. *A reader's guide to George Orwell*. London: Thames and Hudson, 1975.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2001. MORE, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- NETO, Ricardo Bonalume. *George Orwell*. São Paulo: Brasiliense, 1984. ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- ORWELL, Sonia; ANGUS Ian (Org.). *The collected essays, journalism and letters of George Orwell: as i please 1943-1945*. New York: Harcourt, 1968. v. 3 _____. *The collected essays, journalism and letters of George Orwell: in front of your nose 1945-1950*. New York: Harcourt, 1968. v. 4 OXLEY, B. T. *George Orwell*. London: Evans Brothers, 1967.
- PASOLD, Bernardete. *Utopia X satire in english literature*. Santa Catarina: Advanced Research in English Series (ARES), 1999.
- PHELAN, James. *Reading People, Reading plots: character, progression and the interpretation of narrative*. USA: The University of Chicago Press, 1989.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. RABKIN, Eric S. *The fantastic in literature*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.
- RIOS, Dermival Ribeiro. *Dicionário global de Língua Portuguesa*. São Paulo: DCL Editora, 2001. SCHOLLES, Robert. *Elements of fiction*. Nova York: Oxford University Press, 1971. _____.;
- RABKIN, Eric S. *Science fiction: history, science, vision*. New York: Oxford University Press, 1977. SMALL, Christopher. *The Road to Miniluv: George Orwell, the state and good*. London: Gollancz, 1975. Referências 269 SOETHE, Paulo Astor. *Sobre a sátira: contribuições da teoria literária alemã na década de 1960*. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 7, nº 2, p. 07-27, janeiro – junho/1998. SWIFT, Jonathan. *As viagens de Gulliver*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- SZACHI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. THOREAU, Henry David. *A desobediência civil e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

- TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In: EIKHENBAUM, B. et al. Formalistas Russos. Porto Alegre: Globo. 1971.
- UMMINGER, Walter. Heróis, deuses, super-homens. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica. São Paulo: Loyola, 1999.
- VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. Revista Tempo Brasileiro, v. 95, p. 119-126. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- WEITZ, Morris. Literature and philosophy: sense or nonsense. New York: Publication of Modern Language Association of America, 1989.
- WHITE, Hayden. Trópicos do discurso – Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001. ZAMIATIN, Eugene. Nós. Rio de Janeiro: Anima, 1983.